



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**GIULIA RIGO**

**O SISTEMA APOSTILADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA DO TRABALHO DOCENTE**

**ERECHIM  
2024**

**GIULIA RIGO**

**O SISTEMA APOSTILADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA DO TRABALHO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.  
Orientador: Prof. Dr. Lidiane Puiati Pagliarin

**ERECHIM**

**2024**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Rigo, Giulia

O SISTEMA APOSTILADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA DO TRABALHO  
DOCENTE / Giulia Rigo. -- 2024.  
49 f.

Orientadora: Doutora Lidiane Puiati Pagliarin

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Pedagogia, Erechim,RS, 2024.

1. SISTEMA APOSTILADO, AUTONOMIA DO PROFESSOR NOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. I. , Lidiane Puiati  
Pagliarin, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GIULIA RIGO

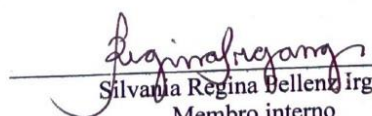
**O SISTEMA APOSTILADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA DO TRABALHO  
DOCENTE**

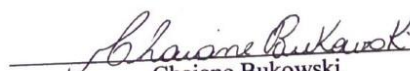
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado no Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia 17/06/2024

BANCA EXAMINADORA:

  
Lidiane Limana Puiati Pagliarin  
Orientadora

  
Silvania Regina Bellenzirgang  
Membro interno

  
Chaiane Bukowski  
Membro Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha sincera gratidão a Deus, pela minha vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. Agradeço também, à minha família, principalmente à minha mãe, pelo amor incondicional, apoio emocional e incentivo constante, visto que, sem esse apoio, essa jornada teria sido muito mais difícil. Minha querida mãe, muito obrigado por ser minha fonte de força e encorajamento ao longo de toda a jornada, trazendo ainda mais alegria para nossas vidas com a chegada de minha irmã Lívia. Gratidão ao meu namorado, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida. Agradeço pela orientação atenciosa, paciência, apoio e incentivo da minha querida orientadora Lidiane ao longo desse processo. Afirmando que seu apoio foi fundamental para o desenvolvimento de todo esse trabalho, sempre me dando ideias e me ajudando quando necessário. Agradeço também as minhas amigas e colegas de curso, pela troca de ideias, apoio mútuo e momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve e enriquecedora. Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, mesmo que não tenham sido mencionados especificamente aqui. Muito obrigado a todos.

## RESUMO

O Sistema Apostilado está sendo adotado em diversas escolas públicas brasileiras. Nesse sentido, entende-se que ele é um material padronizado, com conteúdos organizados a partir de textos, explicações e exercícios. Partindo disso, o presente trabalho buscou compreender e analisar, por meio de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, como o uso de Apostilas pode interferir na autonomia do trabalho do professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Analisando a produção científica sobre a temática, foi realizada uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando recorte temporal dos últimos dez anos (2013 – 2023). Para tanto, as 24 bibliografias encontradas passaram por uma primeira análise e, posteriormente, a partir da seleção mais criteriosa, totalizaram 5 bibliografias para o estudo. Em síntese, as pesquisas indicam que o Sistema Apostilado retira a autonomia docente, ditando o que professor deve seguir e fazer, por meio de um ensino transmissivo. Posto isso, sugere-se repensar o uso da apostila como único recurso pedagógico, pois a autonomia do professor é fundamental para o desenvolvimento de práticas respeitadas, que valorizem as experiências e saberes das crianças, e também, valorizem sua própria identidade profissional.

Palavras-chave: Autonomia; Sistema Apostilado; Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

## **ABSTRACT**

The Apostille System is being promoted in several Brazilian public schools. In this sense, it is understood that it is standardized material, with content organized based on texts, explanations and exercises. Based on this, the present work sought to understand and analyze, through qualitative and bibliographical research, how the use of Handouts can interfere with the autonomy of the teacher's work in the Initial Years of Elementary School. Analyzing the scientific production on the topic, a search was carried out in the Bank of Theses and Dissertations (BDTD), using a time frame of the last ten years (2013 – 2023). To this end, the 24 bibliographies passed through an initial analysis and, subsequently, based on the most careful selection, totaled 5 bibliographies for the study. In summary, research indicates that the Apostille System removes teacher autonomy, dictating what the teacher must follow and do, through transmissive teaching. That said, it is suggested to compensate for the use of the booklet as the only pedagogical resource, as the teacher's autonomy is fundamental for the development of respectful practices, which value the experiences and knowledge of children, and also, value their own professional identity.

Keywords: Autonomy; Apostille System; Teacher of the Early Years of Elementary School.

## **LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS**

Gráfico 1- Delimitação temporal.....	18
Gráfico 2- Incidência de Pesquisas selecionadas por região.....	19
Quadro 1- Categorias formadas.....	20



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
RME	Reunião de Ministros de Educação
Saeb	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEs	Sistemas Apostilados de Ensino

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O FAZER DOCENTE E O SISTEMA APOSTILADO: AUTONOMIA OU ILUSÃO.....	5
2.1 SISTEMA APOSTILADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	6
2.2 A AUTONOMIA E O TRABALHO DOCENTE.....	10
3. METODOLOGIA.....	16
4. RESULTADOS.....	18
4.1 ABORDAGENS SOBRE O SISTEMA APOSTILADO.....	21
4.2 ABORDAGENS SOBRE A AUTONOMIA DO PROFESSOR.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
7. APÊNDICES.....	36
7.1 APÊNDICE A- QUADROS COM OS DADOS DAS PESQUISAS ANALISADAS.....	36

## 1. INTRODUÇÃO

No presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou-se compreender, através de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, como o uso de Apostilas pode interferir na autonomia do trabalho do professor. Dessa forma, o tema pesquisado foi sobre o Sistema Apostilado e a autonomia do trabalho docente, visto que, o mesmo está sendo adotado em diversas escolas públicas brasileiras. Entende-se que o a Sistema Apostilado é um material padronizado, com conteúdos organizados a partir de textos, explicações e exercícios. Posto isso, buscou-se compreender como o uso de Apostilas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pode interferir na autonomia do trabalho do professor. Destaca-se, que esse tema é de suma relevância para a atual realidade da educação, pois muitas escolas estão inserindo o Sistema Apostilado como forma de ensino.

Esse Sistema ganhou ainda mais adeptos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental após a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo que as Secretarias da Educação, juntamente com os educadores, encontravam diversas dificuldades em adaptar os currículos para que conseguissem desenvolver as habilidades e competências que fazem parte da BNCC. Nesse sentido, as Secretarias Municipais e Estaduais da Educação começaram a comprar os Sistemas Apostilados, com a justificativa que os mesmos estão de acordo com o currículo imposto pela BNCC.

A partir disso, juntamente com esses Sistemas, vêm o controle e a padronização dos conteúdos e métodos. Dessa forma, acabam por condicionar a escolha e a organização dos conteúdos que farão parte de todo o conhecimento escolar. As autoras Adrião e Garcia (2010, np.) definem o Sistema Apostilado de Ensino como um:

Material padronizado produzido para o uso em situações condensando determinado volume de conteúdos curriculares compilados e organizados em textos, explicações e exercícios, distribuídos em blocos correspondentes a aulas, bimestres, trimestres ou outros períodos determinados.

Também, elenca-se que os mesmos estão sendo relacionados a uma justificativa para melhores resultados das crianças em testes padronizados de larga escala, como a Prova Brasil, por exemplo, que integra a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Contudo, entende-se que essa forma de avaliação por meio de testes padronizados acaba por afetar todos os agentes

envolvidos na instituição escolar, como pais, professores, gestores e, principalmente, os alunos. Nesse contexto, as escolas passam por cobranças e pressões, impactando em suas organizações pedagógicas e curriculares, assim, começam a desenvolver estratégias para se adaptarem e ajustarem seus métodos de avaliação, com o objetivo de desenvolverem melhores resultados.

Esses testes aplicados pelos agenciadores do Sistema Apostilado podem ser comparados com as avaliações em larga escala que são realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), que servem como um indicador para acompanhamento dos resultados das escolas. Muitas das vezes, isso é apenas um mecanismo para regular e culpabilizar os educadores e gestores pelo fracasso escolar, por meio de notas.

A partir disso, os testes padronizados como a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), vão ser formas de avaliações para diagnóstico, que são feitas em larga escala e foram elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dessa forma, o MEC argumenta que a Prova Brasil e o Saeb possuem como objetivo “avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos” (BRASIL, 2018). Assim, entende-se que esses testes influenciam e impactam no modelo de ensino das escolas brasileiras, pois valorizam os dados quantitativos (notas e avaliações) e confundem com a qualidade da educação.

Dito isso, percebe-se que atualmente, quando pensamos nas crianças apenas como o “futuro do Brasil”, tentando prepará-los, por meio desses testes para que estejam prontos para o Ensino Médio, para realizar a prova do Enem, que consigam entrar em uma faculdade ou para seguir uma carreira no mercado de trabalho, não pensamos na educação para a cidadania, visando uma formação humana e integral. É necessária a compreensão do principal objetivo da educação, como destaca Ravitch, argumentando que “o objetivo central da educação é preparar todos para assumirem os direitos e responsabilidades da cidadania em uma democracia” (2013, p. 182).

Desta forma, as Apostilas são compostas por orientações para os professores para que preparem seus alunos para realizarem os testes e, com isso, pretende-se o aumento dos índices que estão sendo utilizados para medir a “qualidade” das escolas, destacando-se o IDEB, também criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano de 2007, com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino (BRASIL, 2018).

Desse modo, para Freitas (2018), a educação está sendo posta a serviço das preferências do setor empresarial, que busca controlar os métodos e conteúdos da educação, não sendo considerado algo ético e fortalecendo a desigualdade no acesso ao ensino, entre outros impactos. A utilização de Sistemas Apostilados e testes padronizados, podem ser comparados aos modelos tayloristas e fordistas, que para Contreras (2002), buscam pela redução de custos e maior produção e resultados, dessa forma, acabam por condicionar o papel do professor para a posição de consumidor e não de criador. Nesse viés, a função do educador acaba por ser comparada à de um técnico, aplicador de programas e pacotes curriculares, diante do grau de detalhamento dos currículos (Contreras, 2002). É exatamente nesse contexto que a autonomia do educador se mostra como uma questão de importância primordial, visto que a autonomia docente emancipa o educador.

O conceito de autonomia para Paulo Freire (1996) é fundamentalmente sócio-político-pedagógico, para ele, o professor é agente ativo no processo de ensino e de aprendizagem, desempenhando um papel fundamental na promoção de uma educação libertadora. Também, o autor afirma que a educação tem o papel de promover o desenvolvimento crítico dos indivíduos, para que consigam exercer a responsabilidade e a liberdade. Todo esse processo, faz com que o indivíduo tenha consciência crítica para realizar suas escolhas e decisões, sendo capaz de entender e transformar a realidade ao seu redor. Nesse sentido, é possível construir uma sociedade mais justa e íntegra, em que a autonomia é alcançada por meio da educação que liberta, que promove a reflexão crítica.

Entende-se o quanto é trabalhoso organizar propostas pensando na criança como o centro do planejamento, assim o material Apostilado ganha espaço e apreciação por parte de alguns profissionais, pois o tempo despendido para planejamento torna-se reduzido quando todos os conteúdos e materiais que serão utilizados nas aulas já estão prontos. Porém, defende-se neste estudo a relevância da autonomia na construção e realização do planejamento e projetos do docente, para que as práticas pedagógicas sejam respeitadas, mantendo sua identidade na criação

de propostas, utilizando sua criatividade e para que cada criança perceba o mundo ao seu redor e construa sua identidade a partir dessas práticas.

Por outro lado, percebe-se em algumas situações, que os professores não participam de maneira positiva, deixando de expor sua opinião e demonstrando insuficiente autonomia em determinados assuntos, por causa de ações impositivas e relações hierarquizadas, sendo que acabam por inviabilizar uma participação mais intensa do educador. Sendo assim, o mesmo acaba por não argumentar ou fazer contrapontos sobre determinados assuntos, e a partir disso, começam a surgir frases como: “Isso não é comigo...”, “A minha parte eu fiz...”, “Eu não ganho para isso...”, entre outras (MONTEIRO, 2006). Para Martins (2002), essa participação é nomeada como participação negativa, em que o educador sente que expressar sua opinião, participar da tomada de decisões, não sendo dentro da sala de aula, não os competem e, dessa forma, acabam por seguir as orientações normativas sem comprometimento com os resultados da ação.

Partindo desta perspectiva, como problema da pesquisa questiona-se: Como o uso de Apostilas pode interferir na autonomia do trabalho do professor? Dessa forma, o principal objetivo com a pesquisa foi compreender a influência do uso de Apostilas na autonomia do trabalho do professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse contexto, também buscou-se, a partir da pesquisa, estabelecer relações entre uso de Apostilas e autonomia do trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, também, caracterizar estudos recentes sobre uso de Apostilas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Para melhor situar o leitor, após esses apontamentos introdutórios, são apresentados quatro capítulos, sendo que o primeiro é subdividido em duas seções denominadas “Sistema Apostilado na Educação Pública” e “A autonomia e o trabalho docente”. O segundo capítulo discorre sobre os levantamentos de dados realizados na pesquisa na plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como a análise de teses e dissertações encontradas na busca. Após, é realizada a análise dos resultados encontrados a partir das bibliografias analisadas e, por fim, a presente pesquisa apresenta reflexões conclusivas de todo processo realizado para desenvolver o trabalho.

## 2. O FAZER DOCENTE E O SISTEMA APOSTILADO: AUTONOMIA OU ILUSÃO

Ao longo dos anos, a educação vem passando por diversas transformações e reformulações, porém, algumas metodologias e práticas pedagógicas inadequadas, distantes do contexto e realidade das crianças, continuam fazendo parte dos planejamentos e aulas, ocasionando um ensino sem sentido. Diante disso, Freire (2006, p. 62) elenca que a “concepção bancária da educação” se mantém em nossa sociedade, sendo que, o termo "bancário" significa que o educador enxerga o aluno como um banco, no qual deposita todo seu conhecimento. Ou seja, o aluno é visto como uma tabula rasa, uma folha em branco, sem bagagens, experiências ou hipóteses, não podendo participar de maneira ativa do processo, sendo apenas um recipiente de conhecimentos, em que o professor acrescenta letras, fórmulas, números e conteúdos, assim, “enriquecendo” a criança com seus saberes. Também, é assim quando os professores utilizam o método de cópia, repetição e decoreação, apenas pedindo para os alunos copiarem o que está no quadro e decorar para as avaliações, sem se preocupar se o estudante realmente compreendeu, se ele já tinha hipóteses sobre o assunto ou questões para serem trazidas e debatidas. Dessa forma, a ideia que permeia essa concepção é de que quando saem da escola, essas crianças irão replicar todo aquele conhecimento que foi lhe depositado, sendo esse, o ensino tradicional presente em várias instituições escolares. Nesse contexto, o processo de aprendizagem se resume somente na repetição e memorização e não na reflexão crítica do meio em que a criança vive. Nesse sentido, o rapper Gabriel, O Pensador demonstra essa realidade no refrão da sua música “Estudo Errado” (1995):

“Manhê! Tirei um dez na prova  
Me dei bem tirei um cem e eu quero ver quem me reprova  
Decorei toda lição  
Não errei nenhuma questão  
Não aprendi nada de bom  
Mas tirei dez (boa filhão!)

Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci  
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi  
Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci  
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi  
Decoreba: esse é o método de ensino”

Partindo do exposto, fica notável que os Sistemas Apostilados possuem diversas relações com o método de educação bancária, visto que suas atividades se baseiam na cópia, repetição e na conhecida “decoreba”. Nesse sentido, a educação

bancária está depositada nas páginas das Apostilas, com conteúdos que são julgados como necessários para o saber da criança. Já o professor, precisa segui-la sem se preocupar com as vivências e bagagens de cada um, em que “a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (Freire, 2006, p. 62), assim, o docente acaba por não incentivar os alunos a pensarem por perspectivas diferentes.

Nesse viés, as instituições escolares ao utilizarem as Apostilas, se interessam pelos resultados das crianças, por meio de atividades compostas por repetições e testes padronizados, muitas vezes, não colocando em primeiro plano o processo, com os erros construtivos da criança e com as aprendizagens e reflexões que ela realizará após o erro. Para Adorno (1995), não vão ser as melhores ou piores notas que irão revelar se o aluno compreendeu mais ou menos o conteúdo, elas demonstram apenas se este está mais ou menos apto para aquele tipo de avaliação, ou seja, esses testes padronizados não se preocupam com o desenvolvimento do aluno, mas apenas em avaliá-lo de forma quantitativa.

Contudo, com essa pesquisa, buscou-se compreender se o professor que utiliza Apostilas no processo de ensino e aprendizagem possui autonomia para pensar, organizar e desenvolver suas práticas pedagógicas concebendo a criança como centro do planejamento e em suas características individuais, experiências e vivências, tendo que dar conta de todos conteúdos propostos pelos SAE's.

Dessa forma, o presente capítulo será dividido em duas seções, denominadas como “Sistema Apostilado na educação pública” e “A autonomia e o trabalho docente”, em que no primeiro pretende-se entender como as Apostilas se disseminaram nas escolas, aparecendo como uma “solução para todos os problemas enfrentados”, passando-se assim a associar-se a instituição escolar à uma estrutura empresarial. Já na segunda seção é realizada uma discussão sobre a autonomia do trabalho docente, problematizando se com o uso de Apostilas nas escolas, o professor possui autonomia para tomar decisões, para realizar seu planejamento, de forma crítica, flexível e dinâmica, para que assim, desenvolva práticas pedagógicas respeitadas.

## **2. 1 SISTEMA APOSTILADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Atualmente, a escola pública sofre por meio de diversos questionamentos, ataques e agressões, e, ao longo dos anos, muitas discussões estão sendo



realizadas, argumentando que se a escola estiver ligada ao gerencialismo empresarial poderá obter melhores resultados. Desta forma, esses agenciadores do Sistema Apostilado interferem no sentido e modelo de ensino, através de "prontuários milagrosos", assim, associando-se as instituições escolares a uma estrutura empresarial.

Nesse sentido, a partir deste cenário de crise da educação, o gerenciamento empresarial aparece como uma solução para os problemas, precariedades e as deficiências da escola pública. Para Tello (2013), este movimento irá ser nomeado como neoliberalismo pedagógico, que acaba por se configurar em um processo que favorece o desenvolvimento do setor privado sobre o público. Com isso, compreende-se que pode ocorrer a perda da identidade da escola como um bem que é de todos e gratuito, também, perda do seu sentido e de seus significados perante a sociedade.

Nesse contexto, Mendonça destaca que:

A ausência de mediações tem feito da escola espaço para crise de sentidos e significados, onde o estranhamento domina os sujeitos históricos, tornando-os seres distantes, com relações que não favorecem a motivação para o trabalho, para a atividade na escola (MENDONÇA, 2011, p. 350).

Partindo do exposto, com este gerenciamento empresarial nas escolas, além do Sistema Apostilado, abre-se espaço para privatizar diferentes interfaces que fazem parte da educação, como o campo da alimentação, do aconselhamento psicológico, assessoramento pedagógico, entre outros. Entretanto, medidas mais drásticas podem ser tomadas, como a privatização da gestão escolar, com a justificativa pela busca de uma gestão de melhores resultados (Peroni, 2008).

Os gestores governamentais justificam, muitas vezes, a adoção de Apostilas nas escolas como uma busca por uma maior qualidade da educação. Para Peroni (2008), o conceito de qualidade nos faz refletir sobre qual é a função social da escola. Contudo, percebe-se que a educação na perspectiva de uma iniciativa privada, irá deixar importantes aspectos em segundo plano, como a inclusão e a diversidade, visto que, estes mecanismos são excludentes, utilizando métodos de seleção, como é possível analisar nos Sistemas Apostilados de Ensino, que são compostos por testes padronizados.

O Sistema Apostilado de Ensino (SAEs), teve início a partir de cursos pré-vestibulares, posteriormente se disseminou nas escolas no Ensino Médio e, após, foi empregado no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Percebe-se, que seu uso

obteve um grande crescimento nas escolas ao longo dos últimos anos, principalmente após a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e um fortalecimento ainda maior com a pandemia do Covid-19.

Nesse sentido, a partir das dificuldades das Secretarias da Educação e educadores, em adaptar os currículos para que fosse possível desenvolver as habilidades e competências que fazem parte da BNCC, as Apostilas aparecem como uma “solução”.

Mesmo que houve um crescimento na utilização de Apostilas após a BNCC, o Sistema Apostilado existe e influencia as práticas de ensino há muitos anos. Cunha (2011, p. 601) destaca que:

Uma nova realidade nas redes públicas de educação básica são os sistemas apostilados de ensino ou sistemas estruturados de ensino. Amplamente empregados nas instituições privadas, eles consistem na substituição de livros didáticos por um conjunto de materiais, principalmente publicações consumíveis (apostilas), de modo que cada aula seja previamente preparada para os professores, bem como as avaliações.

Posto isso, entende-se que esses Sistemas não são organizados pensando e analisando diretamente questões sociais e culturais de apenas uma escola, mas, são elaborados para serem distribuídos por diversas escolas do Brasil. Também é importante analisar que os SAEs interferem na organização do ensino escolar, tornando as práticas dos educadores controláveis em que acabam por utilizar apenas práticas pedagógicas inadequadas, distantes do contexto das crianças, ocasionando um ensino sem sentido. Já a gestão, fica voltada somente a objetivos mercadológicos, preocupando-se, muitas vezes, em atingir os resultados das avaliações internas e externas.

Entretanto, este Sistema vai muito além da venda e distribuição de Apostilas para as escolas, sendo possível analisar que o mesmo oferece formação continuada aos educadores, disponibiliza treinamentos para a equipe gestora, que irá acompanhar o trabalho dos docentes e determinar os conteúdos a serem abordados nos encontros com os estudantes. Partindo disso, Adrião argumenta que

A “cesta” [de produtos e serviços] [...] é integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas (ADRIÃO, 2009, p. 806).

É possível observar que a educação vem sofrendo fortes influências do mercado, em que os conteúdos e a gestão são definidos com uma noção de qualidade, de lucros e produção, Gilda de Castro (2003) aponta que os alunos, na escola-empresa, se transformam em clientes. Então, nesta perspectiva empresarial, o aluno seria visto como um “cliente”, já o professor, seria um colaborador, a escola uma empresa e o conhecimento uma mercadoria. Nesse sentido, a escola, que deveria ser um espaço de respeito às diversidades, de bem comum, de acesso aberto e democrático a todos, acaba por se tornar um espaço excludente, um lugar de competição e seleção, se preocupando apenas com os resultados e custos.

Desse modo, Canário (2002, p. 256) salienta que “a escola está orientada numa concepção cumulativa do conhecimento que alimenta um sistema de repetição de informação”. Nessa perspectiva, compreende-se que as Apostilas são inúmeras páginas impressas que devem ser preenchidas pelas crianças de forma sistemática, em que os conteúdos estão de acordo com a sistematização dos processos de ensino e, na maioria das vezes, não se preocupam com a realidade social das crianças. A criança é passiva, sem espaço para elaboração de novos saberes e criatividade, com um ensino descontextualizado. Sendo assim, a discussão em torno do uso do Sistema Apostilado envolve muitas críticas, como ressalta Demo (2010, p. 1)

Os produtores de apostilas são gente que, via de regra, sabem pensar, tanto que são capazes de elaborá-las. Entretanto, dentro da regra de que, quem sabe pensar, nem sempre aprecia que outros também saibam pensar, evitam que os usuários saibam pensar, atrelando-os a pacotes tendencialmente fechados. Enquanto um lado é autor, o outro é beneficiário.

Nesse contexto, é necessário refletir sobre esses novos sistemas de ensino, pensando de que forma sua construção e disponibilização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental visa reforçar ou ajudar a resolver as crises, que envolvem o sistema escolar e se esses métodos de ensino contribuem para que de fato ocorram aprendizagens significativas nas salas de aula. Deste modo, é necessário analisar que crises são essas que envolvem a educação ou se esse é apenas um dos discursos criados pelos agenciadores das Apostilas. Para Reimer (1971, p. 156), “as escolas são obviamente planejadas para evitar que as crianças aprendam o que realmente interessa, assim como servem para ensinar-lhes o que devem saber”. Dessa maneira, as crianças recebem um saber institucionalizado, que poderá não apresentar nenhum sentido em suas realidades fora do ambiente escolar.

Por outro lado, entende-se que todo o processo de formação inicial dos professores é composto por diferentes campos disciplinares, com muitas contribuições que envolvem pensar em diversas metodologias e áreas de atuação pedagógica e, entre um desses campos, está a Didática. De acordo com Severo e Pimenta, é por meio de

[...] dilemas de estruturação interna desse campo que, em si mesmos, representam questões importantes na definição do escopo e contribuições formativas, a Didática Geral vê-se confrontada por discursos que sugerem a pouca relevância de sua presença nos projetos curriculares, em função de se atrelar a um debate supostamente generalista sobre educação e ensino desvinculado da problemática do conhecimento específico com o qual o(a) futuro(a) professor(a) trabalhará (2020, p.121).

De acordo com Libâneo (2010), o principal objetivo da Didática, a partir da compreensão contextual e dialética, são os elementos constitutivos e as condições formativas do ensinar e do aprender. Nesse sentido, muitos cursos de Licenciatura estão deixando de lado a grande importância da Didática para a formação dos educadores, visto que, acabam por se afastar da “compreensão da relação entre Didática, atividade docente e problematização social. [...]” (Severo e Pimenta, 2020, p. 129).

Dessa forma, fica aberto um espaço para realização de propostas pedagógicas rasas e irrefletidas. Nesse contexto, ao longo dos anos, sem conhecimentos sobre a didática, cada vez mais formam-se educadores que não pensam criticamente sobre o mundo a sua volta, trazendo propostas irrelevantes para realidade de cada criança e é aqui que as Apostilas se apresentam como possibilidade de desenvolver aulas sem precisar fazer o planejamento.

## **2. 2 A AUTONOMIA E O TRABALHO DOCENTE**

Ser professor é partilhar conhecimentos, é poder transformar realidades e conseguir impactar no futuro de muitas crianças. Por isso, o ato de ensinar exigirá que o docente esteja constantemente em um processo de desenvolvimento profissional, realizando leituras, pesquisas e formações continuadas.

Desta forma, ao conceituar docência, Veiga (2006) resgata no seu sentido etimológico, em suas raízes latinas, *docere*, que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender, também, argumenta que “no sentido formal, docência é o trabalho dos professores; na realidade, estes desempenham um conjunto de funções

que ultrapassam a tarefa de ministrar aulas” (Veiga, 2009, p. 24). Nessa perspectiva, é notável que são muito amplas as funções que um professor precisa desenvolver, assim, com os avanços ao longo dos anos, surgem novas exigências.

Dessa maneira, entende-se que a docência não se reduz apenas em ministrar aulas, ensinar ou transmitir conhecimentos, mas, vai muito além disso, pois trata-se de mediar a relação da criança com o conhecimento, de defender uma aprendizagem integral, holística e que tenha relação efetiva com a vida da criança. Também, é importante destacar, que ao exercer a profissão docente, o professor consegue dar existência a todas as outras profissões existentes.

Nesse sentido, o trabalho docente deve ser compreendido como

[...] um trabalho socialmente reconhecido, realizado por um grupo de profissionais específicos, que possuem uma formação longa e especializada (geralmente de nível universitário ou equivalente) e que atuam num território profissional relativamente bem protegido: não ensina quem quer; é necessária uma permissão, um credenciamento, um atestado, etc (Tardif e Lessard, 2005, p. 42).

Na Constituição Federal de 1988, Art. 206, os incisos II e III irão garantir o direito à liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, como é possível analisar: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (Brasil, 1988). Estes incisos estão presentes na Constituição para garantir que os docentes tenham liberdade para pesquisar, ensinar, aprender, expressar suas ideias, e que estas sejam aceitas e reconhecidas, visto que, no ambiente escolar existem diferentes posições e pensamentos.

Se tratando das concepções pedagógicas, compreende-se que os professores possuem ideias organizadas que subsidiam e justificam as suas práticas. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam levar em consideração que para a busca de uma melhor qualidade de ensino, é necessário o respeito ao pluralismo de ideias dos professores, alunos, famílias e da comunidade escolar.

Posto isso, percebe-se o quanto é importante o ato de planejar para orientar as ações pedagógicas do docente, visto que, este deve ser reflexivo, flexível, possuir intencionalidade pedagógica e ter relação com a realidade das crianças. No planejamento pedagógico, a criança deve ser o centro, para isso, é necessário um olhar sensível e uma escuta aguçada em todos os momentos da aula, para que seja

possível considerar as dúvidas, curiosidades, vivências, experiências, inquietações que ocorrem no dia a dia com as crianças. Entende-se, que para além de selecionar conteúdos pré-estabelecidos, o ato de planejar também é organizar os interesses e necessidades de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem – crianças e professor, e efetivá-los numa proposta significativa (Silva; Schneider; Schuck, 2014).

Nesse viés, o professor necessita de autonomia para realizar seu planejamento, pensando nos interesses demonstrados pelas crianças, em suas realidades e nas questões e hipóteses que são trazidas por elas. É de suma importância conhecer os diversos recursos didáticos que são possíveis de serem utilizados nas propostas, envolvendo livros, filmes, jogos e brincadeiras, músicas, projeção de imagens, passeios, entre outros. Dessa maneira, não baseando todo o planejamento somente no livro didático ou na Apostila. Se tratando da flexibilidade, entende-se que o planejamento servirá como um guia, porém, não será detentor de todo o processo. O educador poderá planejar e desenvolver de forma detalhada seu planejamento, mas, caso perceba que algo não saiu como esperado, poderá realizar alterações para a melhoria de suas práticas.

Remetendo-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Veiga (2006) destaca que o art. 13 determina como responsabilidades dos professores: participar da elaboração do projeto pedagógico; elaborar e cumprir plano de trabalho; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; ministrar dias letivos e horas-aula estabelecidas; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. Desta maneira, mais uma vez fica claro que as funções do docente são diversas e vão muito além de dar aulas e repassar conhecimentos aos estudantes.

Partindo do exposto, é necessário refletir como o uso de Sistemas Apostilados irão propiciar para o docente a autonomia para realizar um planejamento reflexivo, flexível e que reconheça a criança como protagonista, pois cada turma tem suas necessidades e particularidades que precisam ser ouvidas, percebidas e contempladas. De acordo com Parra (1972), o ato de planejar consiste em prever e decidir sobre: o que pretendemos realizar; o que vamos fazer; como vamos fazer e o

que e como devemos analisar a situação a fim de verificar se o que pretendemos foi atingido.

Entretanto, com a implementação das Apostilas nas escolas, o professor acaba perdendo a autonomia no planejamento de suas aulas, visto que as mesmas já possuem um “guia” que o mesmo deve seguir para abordar os temas previstos para cada aula. Também, é possível analisar que a realização de práticas pedagógicas se baseando apenas nas Apostilas, não contemplam as vivências das crianças, sendo que, não há lugar para a participação e o protagonismo delas.

Sendo assim, muitas vezes a autonomia docente está ligada somente à competência profissional, acabando por transformar os professores em figuras sem voz. Segundo Contreras (2002, p. 63), os docentes “ocupam uma posição subordinada na comunidade discursiva da educação. Seu papel em relação ao conhecimento profissional representado pelas disciplinas acadêmicas é o de consumidores, não de criadores”. Nessa perspectiva, entende-se que os professores acabam passando por um processo de autonomia ilusória, em que recebem das autoridades governamentais promessas de autonomia, mas, muitos educadores nem sequer participam das discussões e da elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição que trabalham.

De acordo com os autores Sacristán e Perez-Gomez (2009), vai existir uma razão menos óbvia que seria de ordem política e social na divisão do objeto didático, indagando que os conteúdos vão ser decididos fora do âmbito didático, por pessoas de fora da instituição escolar, ou seja, da forma como está, há quem pensa o currículo e há quem executa (no caso, os professores). Os autores, ainda afirmam que os conteúdos, vão ser selecionados, analisados e decididos fora das aulas e da escola, sendo que os educadores acabam por ficar sem participação, a margem dessas escolhas, sendo tratados como executores de algo já pronto.

Nesse sentido, muitos docentes não participam das formulações de políticas das escolas, recebendo algo que não pediram ou concordam, sendo um dos casos, as Apostilas, como é possível analisar, que concede-se autonomia escolar, mas os parâmetros das políticas já estão fixados (Contreras, 2002, p. 264).

A autonomia do educador também é necessária para que estes não desenvolvam suas propostas apenas para servir aos interesses da sociedade

capitalista. Contreras (2002), também afirma que muitas são as lutas dos professores por melhores condições, reconhecimento e respeito, elencando que

É o caso, por exemplo, da reivindicação de condições de trabalho como a remuneração, horário de trabalho, facilidade para atualização como profissionais e reconhecimento de sua formação permanente, tudo isso em conformidade com a importância da função social que cumprem. Mas é também, um pedido de reconhecimento 'como profissionais', isto é, como dignos de respeito e como especialistas em seu trabalho e, portanto, a rejeição à ingerência de 'estranhos' em suas decisões e atuações. Isso significa, ao menos em um certo sentido, 'autonomia profissional', (...) (Contreras, 2002, p. 54).

Desta forma, educadores reivindicam por profissionalismo, lutam pela autonomia, para possuir liberdade para a realização de seus planejamentos e práticas sem a influência de outros atores que não sejam profissionais da educação, visto que, é o educador que se capacita para exercer suas funções, está em constante estudo e reflexão, se dedica a questões educacionais, por isso, possui competência para realizar escolhas conscientes.

Ao estabelecer uma ligação entre a autonomia e a profissionalização, Contreras (2002, p. 73) destaca que "autonomia, responsabilidade, capacitação são características tradicionalmente associadas a valores profissionais que deveriam ser indiscutíveis na profissão de docente". Nesse contexto, Tardif e Lessard (2005) elencam que o controle na organização do trabalho docente possui ligação com a profissionalização. Desta maneira, os autores apresentam o conceito de profissão, que se remete a ideia de um grupo de trabalhadores que encontram, mesmo não sendo de forma integral, o controle no seu campo de trabalho.

[...] a profissionalização coloca concretamente o problema do poder na organização do trabalho escolar e docente. Uma profissão, no fundo, não é outra coisa senão um grupo de trabalhadores que conseguiu controlar (mais ou menos completamente, nunca totalmente) seu próprio campo de trabalho e o acesso a ele através de uma formação superior, e que possui uma certa autonomia sobre a execução de suas tarefas e os conhecimentos necessários à sua realização (Tardif e Lessard, 2005, p. 27).

A partir disso, compreende-se que a formação em nível superior é um dos elementos que refletem no processo de profissionalização docente, pois ela oportuniza ao futuro profissional o contato com os conceitos próprios da sua profissão. Diante disso, a historicidade da atividade do professor leva muitas marcas por não ser obrigatória que a formação fosse em nível superior, visto que a atuação de indivíduos que possuem certificação em nível médio seria uma das questões que acaba por impedir o processo de profissionalização da docência. Também, destaca-se o



reconhecimento dos saberes que o educador cria no decorrer de sua carreira, porém, é notável que a formação possui continuidade no processo de trabalho, por isso, as circunstâncias em que ocorrem as práticas pedagógicas irão interferir na profissionalização.

Para Freire (2000) “autonomia” é se libertar das dependências descritas por meio dos sistemas políticos e econômicos, que são excludentes e seletivos, para que assim, seja possível tornar-se um sujeito que possui vez e voz, sendo o autor do seu pensar e da sua forma de agir no mundo. Portanto, ressalta-se a importância da autonomia, tanto para os professores, quanto para as crianças, que necessitam da mesma para se expressarem e se posicionarem no mundo. Sendo que, os educadores necessitam da mesma no ato de planejar, para a decidir o que será abordado em suas aulas, para que consigam trazer questões a partir das vivências das crianças, possuindo um pluralismo de ideias, utilizando as concepções pedagógicas que propiciem práticas respeitadas e com intencionalidade. Essa construção da autonomia, para Freire (2000), é algo inacabado, que está em constante evolução, sendo um contínuo processo de amadurecimento. Nesse viés, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 2000, p. 58).

Compreende-se que o professor é um ser social, que está em constante busca e aprendizado, em que transforma o mundo e é transformado a partir de suas relações. Também, é na troca de vivências e conhecimentos entre o educador e os educandos, que o professor irá reconstruindo seus saberes e desenvolvendo sua autonomia. Nesse sentido, cabe ao mesmo refletir sobre suas práticas, metodologias e sua didática, analisando de que maneira o Sistema Apostilado impacta em sua profissão.

Como destaca Freire (2000, p. 58), “ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática”. Assim, nessa constante reflexão, na busca por autonomia e melhores condições, o professor se constrói, sempre lutando por uma educação respeitosa e de qualidade.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que utilizou como fontes de informação dissertações e teses, realizando uma Revisão de literatura, a fim de levantar informações relevantes sobre como o uso de Apostilas pode interferir na autonomia do trabalho do professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 102) o Estado do Conhecimento irá se referir a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”, sendo assim, foi possível conhecer e analisar o que está sendo pesquisado e quais as abordagens empregadas por cada temática.

Entende-se que a pesquisa qualitativa irá se expressar com mais abrangência no desenvolvimento de conceitos a partir de ideias, fatos ou opiniões, também, da interpretação que será realizada a partir dos dados encontrados, associados ao problema de pesquisa.

De acordo com Neves (2020), é possível analisar que uma abordagem qualitativa do problema, irá considerar que existe uma relação entre o mundo e o sujeito, e essa não poderá ser especificada por meio dos números. Sendo assim, é necessário buscar compreender por meio dos significados das relações que existem em nossa sociedade.

Dessa forma, entendeu-se que para a realização desse estudo era necessária a utilização de pesquisa bibliográfica em variadas teses e dissertações. Nesse sentido, foi realizada uma busca de obras já publicadas que serão relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada. Como destaca Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Posto isso, realizou-se uma análise de dados que fundamentam o tema da pesquisa, para recolher informações de diferentes autores e tipos de textos que já foram escritos no Brasil, como afirmam Lakatos e Marconi (2003, p. 183),

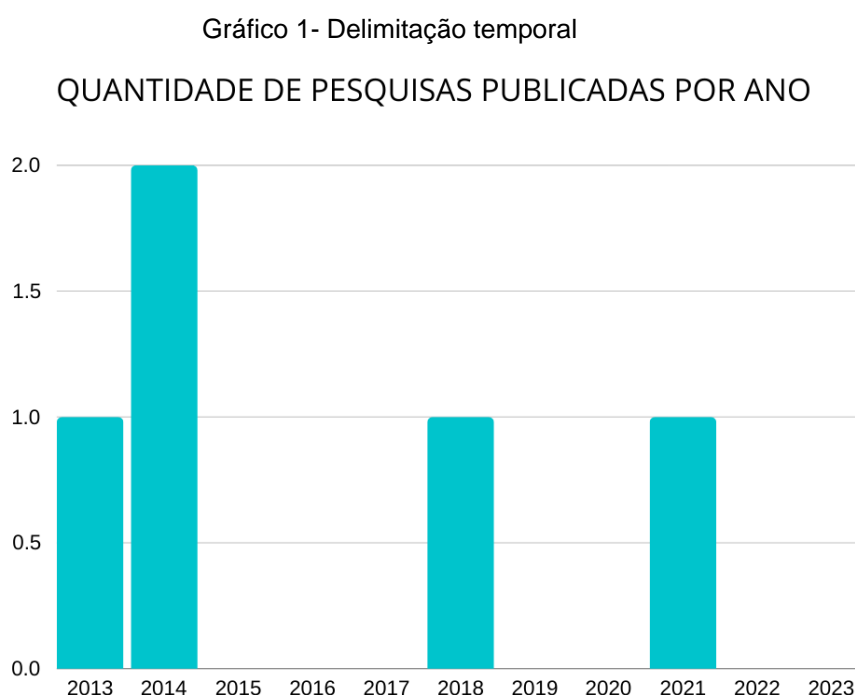
argumentando que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Para tanto, foi utilizada a plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para verificar as diversas pesquisas que abordam sobre a temática “Sistema Apostilado e a autonomia do professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, para posteriormente serem dispostos os dados de cada pesquisa no estado de conhecimento. Também, foram usados como descritores os seguintes termos: sistema apostilado; anos iniciais; apostila. O único filtro utilizado refere-se ao período de publicação: considerou-se teses e dissertações publicadas nos últimos 10 anos (2013 a 2023). Após esse filtro, o sistema buscou 24 trabalhos.

A busca foi realizada no dia 16 de março de 2024. Em um primeiro momento, os títulos foram lidos. Caso não estivesse claro pelo título que o trabalho se referia aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, procedeu-se à leitura das palavras-chave e, posteriormente, do resumo. Finalizada essa primeira etapa, foram selecionadas 5 (cinco) pesquisas. Dessa forma, realizando a pesquisa com os descritores e filtros anteriormente citados foram encontradas 1 (uma) tese e 4 (quatro) dissertações. Após esse levantamento, foi elaborado um quadro contendo informações importantes referente às bibliografias, como título, ano, autor, se era uma tese ou dissertação, a metodologia utilizada, o problema da pesquisa e os principais resultados. Esse quadro encontra-se no Apêndice A desse trabalho, sendo que, a análise desse material é apresentada no próximo capítulo.

#### 4. RESULTADOS

Ao realizar a pesquisa na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para verificar as pesquisas que abordam sobre a temática Sistema Apostilado e autonomia do trabalho do professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foram selecionadas 5 (cinco) pesquisas, sendo 1 (uma) tese e 4 (quatro) dissertações. Se tratando do recorte temporal, foram analisadas pesquisas dos últimos 10 (dez) anos, de 2013 a 2023 e, a partir disso, foi possível observar que não se teve um grande número de pesquisas destinadas a essa temática nos últimos anos.



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Nos anos de 2013, 2018 e 2021 tiveram apenas 1 pesquisa e no ano de 2014 foram realizadas 2 pesquisas. Fica evidente que nos anos de 2015, 2016, 2017, 2019, 2020, 2022 e 2023 o sistema não localizou nenhuma pesquisa para essa importante temática. Ressalta-se que tal temática está bastante atual nas escolas públicas brasileiras, visto que, cada vez mais instituições estão inserindo o Sistema Apostilado em seu ensino.

Ao analisar de uma forma mais detalhada cada uma das pesquisas, foi possível perceber que o número de pesquisas publicadas apresentam-se distribuídas

apenas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Também, com a análise desses dados, demonstra-se a necessidade de um maior debate sobre o Sistema Apostilado de Ensino e a autonomia do trabalho do professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dos cinco documentos analisados, nenhuma das pesquisas foi identificada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outro ponto a ser destacado, é que apesar de serem encontradas 3 pesquisas na região Sul do Brasil, nenhuma é diretamente do estado do Rio Grande do Sul, reforçando ainda mais a importância do desenvolvimento desta temática, visto que, essa pesquisa foi realizada neste estado. Elenca-se que duas pesquisas são oriundas da Universidade Federal de Santa Catarina (duas dissertações) e outra da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (dissertação). As demais pesquisas são provenientes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), sendo uma tese e uma dissertação.

No total, todas as pesquisas encontradas são resultantes de universidades federais e estaduais, ou seja, instituições públicas e gratuitas. Como destacado anteriormente, a incidência maior dos títulos selecionados se encontra nas regiões Sudeste e Sul, como é possível analisar no mapa a seguir:

Gráfico 2- Incidência de Pesquisas selecionadas por região



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A partir da observação desses elementos descritos anteriormente e do quadro-síntese construído a partir da leitura dessas pesquisas, bem como, das especificidades de cada publicação selecionada, foi possível observar que algumas pesquisas deram enfoque ao trabalho do professor nas escolas com o uso dos SAEs, analisando de que forma elas interferiam ou não no seu fazer docente e em sua autonomia. Também, observou-se que as outras pesquisas procuravam entender o Sistema Apostilado em si, como ele era composto e o que levaria as escolas a optarem por esse método. Partindo disso, para um melhor diagnóstico e análise, as cinco pesquisas foram separadas em dois grupos, sendo um destinado a observar a autonomia do trabalho do professor e outro para analisar o Sistema Apostilado nas pesquisas, como é possível verificar no quadro disposto abaixo:

Quadro 1- Categorias formadas

CATEGORIAS	
<i>Sistema Apostilado</i>	<i>Autonomia do professor</i>
1-Os sistemas apostilados de ensino: um olhar para as ciências da natureza nos anos iniciais. (GOEDERT, Gisele Siqueira Maurilda dos Santos, 2018)	2-Sistemas apostilados de ensino: as percepções dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Álvares Machado-SP (SILVA, Edimar Aparecido, 2013)
7-O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: "caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação. (FRUTUOSO, Aldani Sionei de Andrade, 2014)	3-A organização do trabalho pedagógico na escola e o sistema apostilado de ensino: estudo de caso. (CAIN, Alessandra Aparecida, 2014)
	8-Parceria público-privada na rede municipal de educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente (NERCOLINI, Graciela, 2021)

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Nesse viés, nos próximos tópicos serão analisadas de forma separada cada uma das bibliografias, assim, percebendo como as Apostilas são abordadas nas pesquisas e como a autonomia do trabalho do professor é percebida pelos autores. Essa análise permitirá uma visão abrangente sobre a aplicação do Sistema Apostilado em diversos contextos, além de evidenciar as percepções dos autores das bibliografias sobre as práticas pedagógicas dos educadores ao utilizarem esse recurso.

#### 4.1 ABORDAGENS SOBRE O SISTEMA APOSTILADO

Para um melhor diagnóstico, este tópico será destinado para analisar como o Sistema Apostilado é abordado nas pesquisas. Na primeira pesquisa encontrada no BDTD, como problema de pesquisa, a autora Goedert (2018) procura compreender como o componente curricular Ciências da Natureza é apresentado no Sistema Apostilado de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, utiliza de Pesquisa documental e bibliográfica, realizando uma análise do Sistema Apostilado utilizado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Nesse contexto, além de analisar o material destinado aos alunos, Goedert (2018) examina também os instrumentos que são disponibilizados para os professores, para que a partir disso, consiga verificar as aproximações e distanciamentos com o que está descrito na literatura da área e nos documentos oficiais norteadores do ensino. Em seus resultados, elencou que haviam grandes distanciamentos dos documentos e legislações que orientam a educação, em relação ao ensino de Ciências e também, sobre a concepção de Educação. Posto isso, a autora percebe a desqualificação da criança como sujeito, em que as propostas não possuem ligações com o contexto local, por meio de um ensino transmissivo diretivo que desconsidera os conhecimentos e bagagens das crianças.

Goedert (2018) argumenta, ainda, que não existe interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento nos materiais do Sistema Apostilado, não sendo levada em consideração as experiências do professor e nem dos alunos, restringindo o trabalho do professor apenas em mero transmissor dos conteúdos que compõem as Apostilas.

Na segunda dissertação, Frutuoso (2014) busca compreender o que levou a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a comprar um “Sistema Apostilado de ensino” para ser adotado pelas escolas de Ensino Fundamental. Para isso, utiliza um recorte temporal, do momento em que o prefeito da época implementou o Sistema Apostilado. Também, faz um balanço da literatura acadêmica relacionada ao objeto de estudo e uma análise de documentos relacionados à implantação do Sistema Apostilado. Posteriormente, Frutuoso (2014) realizou entrevistas semiestruturadas com uma assessora pedagógica da Secretária Municipal da Educação, quatorze professores, uma orientadora educacional e cinco diretores de escolas municipais. A sua análise documental pautou-se nos estudos de Evangelista (2008) e Shiroma, Campos e Garcia (2005).

Nos resultados de Frutuoso (2014), o autor salienta que a unidade da Reunião de Ministros de Educação (RME) contribuiu para o município aderir ao SAEs, pois para eles, o mesmo facilitaria as transferências dos alunos entre as escolas, visto que a criança poderia dar continuidade em seus estudos sem perder nenhum conteúdo. Outra justificativa para compra desses sistemas é que caso for necessário substituição de professor, por adoecimento ou outras questões, a pessoa que substituiria poderia dar sequência nos conteúdos. Também, mais um ponto de argumentação apontado nas entrevistas, é que juntamente com esse sistema, os professores recebem um treinamento mensal com garantia de horas certificadas, tendo então, um aperfeiçoamento em suas práticas.

Dessa forma, diante dos resultados das duas pesquisas relatadas, percebe-se que por mais que os SAEs possuam variações em alguns aspectos, dependendo da empresa de sua fabricação, costumam manter sempre iguais algumas características, como a sua estruturação em pequenos módulos, para que seja possível finalizá-los em pouco tempo no decorrer do ano letivo, também, possuindo um enfoque de preparação e treinamento para exercícios de vestibulares ou do Enem. De acordo com Pieroni (1998, p. 67), as Apostilas são materiais em que:

[...] o conteúdo curricular das disciplinas encontra-se dividido e organizado em um número determinado de aulas que coincidem com a programação mensal prevista que impõe às unidades franqueadas o número necessário de aulas de cada disciplina em cada série para que a aplicação do material seja correta e não atrase. O esquema das aulas presentes nas apostilas contém uma parte teórica, geralmente textos básicos explicativos, espaço para anotações dos alunos, uma série de exercícios e um conjunto de tarefas mínimas e complementares.

Dito isso, uma das questões elencadas pelos professores, sendo analisado como algo positivo, é referente a oferta de material didático atrativo, em que as Apostilas são compostas por várias ilustrações e espaços para os alunos escreverem suas respostas, assim, economizando com xerox, ou seja, consideram toda essa estrutura do material como sendo algo bom para o desenvolvimento das aulas.

Também, é possível evidenciar que os professores entrevistados acreditam possuir autonomia em suas práticas, pois podem estar fazendo o uso de outros recursos além das Apostilas para complementação de conteúdos, ficando mais fácil as contratações das prefeituras. Por outro lado, Frutuoso (2014) destaca que todo esse processo da implementação dos SAEs nas escolas resulta no gerenciamento dos resultados, buscando eficiência e produtividade, ou seja, a educação acaba sendo vista como algo mercadológico, somente em busca de resultados quantitativos.



Nesse contexto, Saviani (2002, p. 12-13) define esse modelo de ensino como “tecnicismo”, argumentando que:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia (tecnicista) advoga a reordenação do processo educativo, de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico... (...) Enquanto na pedagogia nova são os professores a alunos que decidem se utilizam ou não determinados meios, bem como quando e como o farão, na pedagogia tecnicista dir-se-ia que é o processo que define o que professores e alunos devem fazer e, assim, também, quando e como o farão.

Partindo disso, fica evidente que juntamente com o Sistema Apostilado vem esse modo de ensino tecnicista, somente em busca de rendimento e resultados. O professor segue o que está escrito em seu manual, sem se importar com as vivências e experiências de cada criança, como apontam as duas bibliografias. Desse modo, entende-se que o professor necessita ter consciência de que o seu saber não é totalizado e nas entrevistas das bibliografias analisadas muitos já percebem que o material das Apostilas não irá dar conta de sanar todas as dúvidas e que os alunos trazem para a sala de aula seus saberes prévios e bagagens.

Por fim, Frutuoso (2014) afirma que fazer o uso desse sistema nas escolas é uma medida privatista, que tem por objetivo controlar e desqualificar o trabalho do professor. Em concordância com o autor, Tardif e Lessard irão afirmar que:

Dentro da escola, o trabalho escolar – ou seja, o conjunto de tarefas cumpridas pelos agentes escolares, inclusive os alunos – é, ele próprio padronizado, dividido, planejado e controlado. Os professores encontram-se integrados a uma estrutura celular do trabalho (Lortie, 1975) sobre a qual se sobrepõe uma burocracia impositiva (Johnson, 1990) (TARDIF E LESSARD, 2005, p. 24 e 25).

Em outras palavras, optar por esse material, também representa o controle da liberdade do professor em criar, imaginar, pesquisar e planejar o trabalho docente, de desempenhar suas práticas pedagógicas com autonomia e de forma emancipada, dessa forma, produzindo conhecimentos.

Por fim, é importante elencar que as Apostilas são elaboradas para atender diversas escolas de diferentes Municípios, dessa forma, como destaca Freire (1985), ela acaba sendo vista como uma espécie de roupa de tamanho único que serve pra todo mundo e que não serve pra ninguém, como se todas as escolas fossem iguais, desconsiderando a diversidade sociocultural de cada uma.

## 4.2 ABORDAGENS SOBRE A AUTONOMIA DO PROFESSOR

Este tópico foi pensado para discutir as semelhanças nas pesquisas encontradas no sentido de observar como é abordado o tema da autonomia do trabalho do professor. Por este viés, em sua dissertação, Silva (2013) procura entender se os professores percebem ou não a interferência dos Sistemas Apostilados de Ensino em sua prática docente, por meio de uma abordagem qualitativa. Dessa maneira, a pesquisa constituiu-se como um estudo de caso e a coleta de dados foi realizada a partir de questionários aplicados para trinta e seis professores. Os resultados da pesquisa indicaram que a maioria dos professores envolvidos enxergam as Apostilas como algo bom, possuindo uma percepção positiva em relação à utilização do SAE, sendo visto como uma forma de melhorar o ensino. De acordo com os professores, o material, desde a estrutura (impressão gráfica), organização, materiais diversos, apresentação das propostas, é visto como um facilitador que contribui na aquisição de aprendizagens.

Por outro lado, em sua pesquisa Silva (2013) analisa também que os professores argumentam que não participaram de planejamentos para implementação do material das escolas, sendo que, apenas alguns tiveram participação nas escolhas. Se tratando das dificuldades em utilizar o material, os professores apontam não possuírem nenhuma dificuldade, sendo relatado ser um material que facilita a aprendizagem dos alunos e, também, o trabalho do professor.

Contudo, além de todos os pontos positivos citados, os professores que fizeram parte da pesquisa salientam a cobrança existente por parte da escola e da equipe gestora municipal, para que sigam rigorosamente a Apostila, dando conta de todo material. Outro ponto negativo que os professores trazem a respeito do sistema, é que acham não ser ele suficiente para todas as exigências do trabalho em sala de aula (Silva, 2013).

Na única tese encontrada sobre a temática, a autora Cain (2014) busca analisar se a utilização do Sistema Apostilado de ensino interfere ou não na organização do trabalho pedagógico na escola, tentando compreender também se facilita o professor na organização do trabalho e se há ou não autonomia do trabalho pedagógico na escola com o uso desse sistema. Para isso, a autora utiliza pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso em um município paulista, em duas escolas públicas municipais que atendem exclusivamente os anos iniciais do ensino fundamental.

Nesse sentido, no procedimento teórico-metodológico a autora Cain (2014) utilizou de análise bibliográfica referente à temática da pesquisa, coleta de dados, informações e documentos oficiais (pesquisa documental). Também, observou rotinas escolares com visitas à utilização do Sistema Apostilado de ensino, analisando as percepções de profissionais e usuários sobre o uso do Material Apostilado por meio de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com os representantes da equipe gestora de duas escolas de anos iniciais ensino fundamental, três professores de cada escola e duas mães de alunos de cada escola, sendo uma representante de órgãos colegiados: da Associação de Pais e Mestres ou do Conselho de Escola.

Como principal resultado, a autora elenca que esse sistema e sua utilização interferem na organização do trabalho pedagógico e no Projeto Político Pedagógico das escolas, sendo que, o mesmo padroniza o conteúdo curricular, excluindo os professores de serem autores do seu próprio trabalho e restringindo sua autonomia pedagógica.

Cain (2014) salienta que adotar esse Sistema interfere na realização de uma gestão democrática e na autonomia dos docentes, visto que, ocorre a exclusão dos professores, pais e toda comunidade da elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico das escolas. Outro ponto negativo desses sistemas especificado pelos professores entrevistados, é o pouco conteúdo trazido, sendo que, o uso exclusivo de materiais Apostilados pode limitar a autonomia e a criatividade do professor, em que esses materiais não podem ser adequados às necessidades e especificidades da turma ou a metodologia de ensino do docente.

Na dissertação mais atual encontrada, publicada no ano de 2021, a autora Nercolini (2021) busca compreender quais as implicações no trabalho dos professores foram decorrentes da parceria firmada entre a Editora Positivo e a prefeitura Municipal de Marmeleiro-Paraná. Para isso, utilizou uma abordagem qualitativa e a metodologia pautou-se no estudo documental e bibliográfico sobre a conjuntura da política macro internacional e sua repercussão na política nacional. Em seus resultados, a autora destaca que com o uso das Apostilas os professores são considerados facilitadores e executores de tarefas. Dessa forma, o docente precisa dominar métodos, técnicas, soluções para a resolução de problemas imediatos, ensinar situações/problema,

pautando e realizando suas práticas apenas na reprodução dos conteúdos e orientações dos SAES.

Nercolini (2021) traz também muitos termos que apontam a desvalorização do professor, como desqualificação, desumanização profissional e intelectual. Com isso, aponta que ao utilizar um Sistema Apostilado ocorre a perda de autonomia e descentralização de decisões, em que recebe tudo pronto, sem opinar, realizar sugestões ou tomar decisões. Assim sendo, o docente acaba sendo avaliado por seu trabalho e esforço individual, sua produtividade, desempenho em dar conta dos conteúdos propostos pelas Apostilas, em que seu rendimento é medido pelos resultados quantitativos.

Diante dos resultados das pesquisas relatadas, percebe-se que toda a organização didática, desde o planejamento até o desenvolvimento das aulas, tem como base o material Apostilado e não as decisões do docente, ficando claro, que embora os métodos, as técnicas e materiais pedagógicos apropriados sejam instrumentos de suma importância para os educadores, a autonomia é imprescindível para realizar a adaptação desses recursos pensando-se nas necessidades específicas de cada criança e em propiciar uma experiência e aprendizagens significativas.

Como destaca Amorim (2008), o ensino por meio do Sistema Apostilado retira a autonomia docente, assim, o professor é colocado em segundo plano, subordinado a um fazer que é determinado. Assim, torna-se evidente que o professor não deve ser visto apenas como transmissor de conhecimento, visto que, suas funções vão muito além disso. É necessário autonomia para que além de facilitar o aprendizado, o educador consiga criar um ambiente acolhedor em sala de aula em que as crianças se sintam motivadas e estimuladas a sempre que necessário questionar, expressar sua opinião, explorar, e dessa forma, construir seu próprio entendimento.

Para Cunha (2011), as atividades pedagógicas que priorizam a autonomia docente e a convocação de sentidos para os alunos estimulam algo a ser construído, convocando o grupo para a produção de invenções. Com isso, percebe-se que os conteúdos e propostas, quando não são levadas em consideração a realidade das crianças e suas necessidades individuais, acabam por ser convergentes com o desenvolvimento dos mesmos para o aprendizado de determinados assuntos. Também, é evidente que optar pelos Sistemas Apostilados de ensino, com materiais

didáticos padronizados, acaba por controlar e delimitar consideravelmente a capacidade das escolas e dos professores de exercerem e praticarem sua autonomia pedagógica.

Pensar somente na avaliação quantitativa, por meio dos testes padronizados das Apostilas ou avaliações externas, acaba por deixar os professores pressionados, se sentindo sobrecarregados pela grande necessidade de apenas cumprir as metas de desempenho para conseguir alcançar os resultados necessários. Como destacado por Saviani (2010), no contexto da corrente pedagógica tecnicista, as redes de ensino são avaliadas pela sua eficiência e produtividade, que são transformadas em índices de avaliação externa. Conseqüentemente, o docente acaba sendo avaliado por seu trabalho e esforço individual, sua produtividade, desempenho em dar conta dos conteúdos propostos pelas Apostilas, em que seu rendimento é medido pelos resultados quantitativos das avaliações externas acerca da qualidade do trabalho desenvolvido.

Ao trazer o conceito de professor reflexivo na formação de professores, Pimenta (1997) aponta que:

[...] as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática. O alargamento da consciência, por sua vez, se dá pela reflexão que o professor realiza na ação. Em suas atividades cotidianas, o professor toma decisões diante de situações concretas com as quais se depara. A partir das quais constrói saberes na ação. Mas sua reflexão na ação precisa ultrapassar a situação imediata. Para isso é necessário mobilizar a reflexão sobre a reflexão na ação. (PIMENTA, 1997, p. 23).

Contudo, é evidente que a desvalorização docente e a perda de autonomia na prática pedagógica são duas questões de suma importância, que podem afetar de forma negativa a qualidade da educação. O conceito de professor reflexivo reconhece a importância de promover a valorização do educador sendo ele um profissional capacitado e qualificado, capaz de tomar suas decisões de forma crítica, refletindo sobre sua prática e contribuindo para a melhoria do ensino e qualidade da educação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação possui um papel muito importante para a formação dos indivíduos, do mesmo modo que os prepara para o convívio social, também, contribui para a construção de conhecimentos necessários para que as crianças e adolescentes consigam enfrentar os problemas que surgem em nossa sociedade. Assim, sua importância não deve ser esquecida, principalmente quando nos referirmos à formação do professor e sobre a sua identidade profissional. Assim, no decorrer deste trabalho foi possível analisar o que as bibliografias traziam a respeito do Sistema Apostilado e da autonomia do trabalho do professor, compreendendo como é fundamental o papel do professor em nossa sociedade. Também, observando e afirmando que o mesmo não pode ser visto como mero transmissor ou facilitador de conhecimentos, entendendo que suas funções são múltiplas e amplas e, que para isso, é necessário ser questionador, pesquisador, crítico e reflexivo sobre suas práticas, buscando e lutando pela sua autonomia.

Dessa forma, partindo do problema de pesquisa, que buscou analisar como o uso de Apostilas pode interferir na autonomia do trabalho do professor, tendo como principal objetivo compreender a influência do uso de Apostilas na autonomia do trabalho docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foi possível observar por meio da análise das bibliografias, que continham em suas pesquisas, estudos de documentos, análise de autores e a respostas de muitos educadores por meio de questionários realizados nas dissertações e na tese encontrada, que diversos educadores ainda consideram possuir autonomia em suas práticas com o uso dos Sistemas Apostilados. Porém, quando paravam para analisar de uma forma mais crítica, eles percebiam que apesar de todas “facilidades” que os SAEs trazem para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, o educador acaba por ser visto como um profissional técnico, não possuindo autonomia nenhuma em sua elaboração e execução.

Essa suposta autonomia, é coordenada e fortemente influenciada pelas metas e objetivos educacionais impostos pelo setor privado. Para Contreras (2002), restringir a liberdade docente em sala de aula, tendo que seguir algo que já lhe foi imposto, é caracterizado como uma autonomia ilusória. Ou seja, o professor deve segui-la, dando conta de todo conteúdo composto nela, não podendo trazer propostas com relação

às experiências das crianças, também, não fazendo uso da interdisciplinaridade das áreas de conhecimento nas aulas.

Outro ponto a ser destacado é que no decorrer da realização da pesquisa, foi possível analisar que nos últimos anos foram identificadas pouquíssimas pesquisas sobre a temática abordada nesse trabalho. Com isso, tratando-se de um tema tão atual em nossa realidade educacional, é imprescindível o aumento de pesquisas, que sejam realizadas de forma reflexiva e crítica, abordando como o Sistema Apostilado retira a autonomia das escolas, da gestão, dos alunos e principalmente do professor.

Contudo, afirma-se a necessidade de um aprofundamento com novas investigações sobre essa temática. Nesse sentido, futuras pesquisas poderão focar em diferentes aspectos do Sistema Apostilado e Autonomia do trabalho do professor, podendo-se analisar como isso ocorre em nossa região Sul em diferentes contextos educacionais, assim, buscando contribuir para a consolidação e expansão do conhecimento sobre o Sistema Apostilado. Dessa forma, a continuidade desta linha de investigação poderá trazer importantes avanços para a área da educação.

Os SAEs podem se configurar de maneiras diferentes nas redes pública e privada, mas em ambas, essa sua estrutura altamente sistematizada acaba por gerar um enorme impacto no trabalho docente. Nesse contexto, é evidente que a autonomia do professor envolve um trabalho reflexivo e crítico por parte do mesmo, visto que ela não é apenas sobre ser livre na tomada de decisões pedagógicas, mas, sobre desenvolver uma consciência crítica, refletindo e fazendo relações com suas próprias práticas, como aponta Pimenta (1997), trazendo o conceito de professor reflexivo, em que o docente amplia sua consciência e reflexão sobre sua própria prática. Portanto, é fundamental que os educadores possuam autonomia para refletir, analisar e desempenhar suas práticas pedagógicas, utilizando sua criatividade, ao invés de serem meros executores de um currículo que já está pré-estabelecido.

Da Educação Infantil para os Anos Iniciais, as crianças passam por um momento importante de transição, em que irão aprender de uma maneira mais significativa por meio de experiências concretas. Assim sendo, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo o 1º ao 5º ano, representa uma fase fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Dessa maneira, com recursos pedagógicos concretos, a aprendizagem ocorre por meio da exploração e manipulação de materiais, é não apenas por meio da utilização de materiais visuais

ou exemplos escritos nos Sistemas Apostilados. Ou seja, ao iniciar a Alfabetização, ao invés de o professor apenas seguir o que está escrito nas Apostilas, é fundamental a utilização de materiais pedagógicos concretos, como alfabeto móvel, crachá com o nome da criança, bingos, jogos de memórias com letras, brinquedos e objetos de seus cotidianos, entre outros. Dessa forma, os recursos pedagógicos precisam ser preparados para atender as necessidades de cada criança, criando-se um ambiente de sala de aula acolhedor e inclusivo.

Atualmente, os recursos educacionais são vastos para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, podendo ser feito o uso das ferramentas tecnológicas, músicas, vídeos, livros, slides, etc. Assim sendo, é inevitável a importância da expansão dos recursos didáticos, ficando evidente que somente um recurso, neste caso, o material Apostilado, não dará conta de englobar todas as necessidades e experiências das crianças. Portanto, ao invés de vários municípios brasileiros contratarem e optarem pelos Sistemas de Ensino Apostilados, em busca de melhorar a qualidade da educação, eles poderiam investir em formações continuadas para os docentes, dessa maneira, capacitando-os para os diversos desafios que ocorrem em sala de aula, também, trazendo o conhecimento de novas técnicas, abordagens e metodologias pedagógicas.

Ressalta-se que a qualidade da educação, por vezes, não depende somente dos materiais didáticos que serão utilizados, mas sim, na qualidade e capacidade de cada educador em propiciar ambientes de aprendizagens enriquecedores, estimulantes e encorajadores. Ou seja, um educador que busca constantemente despertar interesse, motivar e envolver as crianças em suas aulas, se preocupando com as necessidades individuais de cada criança e não em somente seguir o roteiro das Apostilas, estará muito mais propenso em alcançar bons resultados.

Assim sendo, com a análise realizada nas cinco bibliografias, a partir da leitura de seus resultados, fica evidente que as Apostilas retiram a autonomia docente, interferem na realização de uma gestão democrática, sem preocupações com as necessidades individuais de cada criança e do contexto escolar. Nesse sentido torna-se imprescindível a realização e efetivação de políticas públicas para investimentos em formações continuadas para os educadores, para que esses tenham autonomia para realizar práticas respeitadas e significativas, sempre repensando e analisando



sobre como desenvolvem seus métodos de ensino e quais recursos didáticos irão utilizar.

Dito isso, em relação aos professores não se posicionarem em busca de autonomia e aceitarem tudo o que é oferecido pelas escolas, Freire argumenta que “quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me.” (1996, p. 44). Nesse contexto, é necessário que o docente reconheça o que pode não estar dando certo em sua prática pedagógica, para que consiga realizar mudanças, também, não aceitando tudo o que imposto pelas Apostilas, reafirmando sua autonomia.

O conhecimento de todos a respeito da autonomia escolar é crucial para constituir e propiciar um espaço educacional inclusivo, dinâmico, que respeite e considere as diversidades e os modos de aprendizagem de cada criança. Posto isso, todo esse processo em busca de autonomia deve iniciar pelas escolas, em que estas precisam ter permissão e independência para adaptar os currículos, os métodos e formas de ensino e, também, os recursos didáticos sempre que acharem necessário. Assim, pensando e analisando as necessidades e especificidades locais e individuais, para que dessa forma, os professores em suas aulas, possam então propiciar uma educação respeitosa, relevante, significativa e de qualidade para todas as crianças.

Por fim, fica claro que essa busca por autonomia é uma formação contínua, que ocorre através da reflexão do docente sobre suas próprias práticas pedagógicas. Destaca-se então, que o docente se forma continuamente no contexto de sua prática, por meio dos desafios e interações que ocorrem com as crianças no dia a dia da sala de aula.

Como afirma Mendes (2005), esse processo constante de reflexão do educador é uma maneira de avaliar seu próprio trabalho em sala de aula. E é por meio dessa avaliação que ele perceberá as consequências e implicações de suas ações na sua formação e também, a relevância que suas aulas e seu modo de ensinar possuem na vida de cada criança. Outrossim, ter autonomia não é apenas exercer suas tarefas e funções da maneira que considerar mais adequado e coerente, mas sim, estar frequentemente analisando seus métodos e crenças, questionando-se sobre suas condutas e ações, sendo um profissional crítico acerca do mundo e das mudanças que nele ocorrem diariamente. Sendo assim, ser um professor reflexivo é permitir-se

adaptar as práticas de acordo com as necessidades das crianças, dessa forma, analisando e compreendendo todas complexidades do ensino e da aprendizagem, para que assim, ocorram avanços e melhorias no processo educacional.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund- A filosofia e os professores. In: ADORNO, T. W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 51-74.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; GARCIA, Teise. Sistema apostilado de ensino. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, Livia Maria Fraga. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

AMORIN, Ivair Fernandes de. Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino. 2008. 192 f. Tese (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

CAIN, Alessandra Aparecida [UNESP]. A Organização Do Trabalho Pedagógico Na Escola E O Sistema Apostilado De Ensino: Estudo De Caso, 2014

CANÁRIO, Rui. A Escola tem futuro? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CASTRO, Gilda de. Professor submisso, aluno-cliente: reflexões sobre a docência no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela.

CUNHA, Luiz Antonio. Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares. Revista Brasileira de Educação, v.16, n.48, p.585-608, set-dez, 2011.

DEMO. Pedro. Apostila. Textos Discutíveis. 2010, n. 26.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. Introdução à psicologia escolar, v. 3, p. 61-78, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Luis Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRUTUOSO, Aldani Sionei de Andrade. *O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: "caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação*, 2014.

GOEDERT, Gisele Siqueira Maurilda dos Santos. *Os sistemas apostilados de ensino: um olhar para as ciências da natureza nos anos iniciais*, 2018.

LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Marina. Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Atlas 2003.

Maria Vidal (Org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. MARTINS, A. M. "Autonomia e educação: a trajetória de um conceito". In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 207-232, 2002.

MENDES, Bárbara Maria Macêdo. *Formação de professores reflexivos: limites, possibilidades e desafios*, *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, n. 13, p. 37-45, jul./dez. 2005.

MENDONÇA, S. G. L. *A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico*. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 341-357, set.-dez. 2011.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. *Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções*. *Educação por escrito*, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

NERCOLINI, Graciela. *Parceria Público-privada Na Rede Municipal De Educação De Marmeleiro – PR: Implicações Para a Formação Continuada E Organização Do Trabalho Docente*. 2021.

NEVES, E. P. *Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática*. 2020. 153f. *Dissertação (Mestrado em Educação)* - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020.

PARRA, Nelson. *Planejamento de currículo*. *Revista Nova Escola*. nº 5. 1972.

PENSADOR, Gabriel O. "Estudo Errado", Rio de Janeiro, 1995.

PERONI, Vera Maria Vidal. *A relação público/privado e a gestão da educação em* PIERONI, R. F. *A expansão do ensino franqueado: um estudo de caso*. 1998. 231 f. *Dissertação (Mestrado em Educação)* – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. Para uma re-significação da Didática. Ciências da educação, pedagogia e didática. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Didática e formação de professores. Percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997.

RAVITCH, D. Reign of error: The hoax of the privatization movement and the danger to America's public schools. New York: Basic, 2013.

REIMER, Everett: A Escola está morta: alternativas em educação. 2. Ed. Trad. Tonie Tomson. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1971.

SACRISTÁN, José Gimeno, ÁNGEL I. Pérez Gómez. Comprender y transformar la enseñanza. Ediciones Morata, 2009. São Paulo: Xamã, 2008.

SAVIANI, Demerval. As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina, 1982

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima, PIMENTA, Selma Garrido. "Versões do campo da didática na Base Nacional Comum da formação docente no Brasil." Série-Estudos 25.55 (2020): 117-131.

SILVA, Edimar Aparecido [UNESP]. Sistemas Apostilados De Ensino: As Percepções Dos Professores Dos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental De Álvares Machado-SP. 2013.

SILVA, Jacqueline Silva da; SCHNEIDER, Mariângela Costa; SCHUCK, Rogério José. O princípio do protagonismo infantil e da participação da criança na construção do planejamento no enfoque emergente. Revista Contemporânea de Educação, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TELLO, César. Apresentação. In: TELLO, César (coord. e compilador). Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 11-20.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência: formação, identidade profissional e inovações didáticas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papyrus, 2009, cap. 2, p. 23-40.

## 7. APÊNDICES

### 7.1 APÊNDICE A- QUADROS COM OS DADOS DAS PESQUISAS ANALISADAS

TÍTULO	ANO	AUTOR	D O U T	UNIVERSIDADE
1-Os sistemas apostilados de ensino: um olhar para as ciências da natureza nos anos iniciais	2018	Gisele Siqueira Maurilda dos Santos Goedert	D	Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis
PROBLEMA DE PESQUISA	METODOLOGIA	RESULTADOS		
Como o componente curricular Ciências da Natureza é apresentado no Sistema Apostilado de Ensino para os Anos Iniciais do ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis?	<p>Pesquisa documental e bibliográfica- Análise do Sistema Apostilado de Ensino utilizado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, para analisar elementos que caracterizam o ensino de Ciências da Natureza para os anos iniciais do ensino fundamental, para verificar as aproximações e distanciamentos com o que está descrito na literatura da área e nos documentos oficiais norteadores do ensino no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis.</p>	<p>Distanciamentos em relação ao ensino de Ciências e em relação à concepção de Educação dos documentos que orientam o ensino e na legislação educacional do país; Desqualificação do sujeito criança, ensino diretivo e transmissivo; Cerceamento do trabalho do professor; Pouca relevância dada ao contexto local; Falta de integração disciplinar. Escassez de pesquisas sobre os SAEs. Ensino padronizado, desconsiderando conhecimentos e experiências de professores e alunos.</p>		

TÍTULO	ANO	AUTOR	D O U T	UNIVERSIDADE
2-Sistemas apostilados de ensino: as percepções dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Álvares Machado-SP	2013	Edimar Aparecido Silva	D	Universidade Estadual Paulista (Unesp)
PROBLEMA DE PESQUISA	METODOLOGIA	RESULTADOS		
Entender se os professores percebem ou não a interferência dos Sistemas Apostilados de Ensino em sua prática docente.	Abordagem qualitativa, com um estudo de caso e a coleta de dados foi feita por meio de questionários aplicados a trinta e seis professores.	<p>Professores envolvidos na pesquisa tem uma percepção positiva em relação à utilização do SAE, a adesão como forma de promover a melhoria do ensino.</p> <p>Qualidade do material- estrutura, organização, apresentação dos conteúdos, impressão gráfica e diversificação. Pouco expressiva a participação dos professores no período que antecedeu a adoção do SAE, e na participação de algum planejamento para que o material fosse implantado. Toda a organização didática, desde o planejamento até o desenvolvimento das aulas, tem como base o material e não as decisões do docente.</p> <p>Um relevante número de professores demonstrou não sentir nenhuma dificuldade em sua utilização.</p> <p>Material facilita a aprendizagem dos alunos, o trabalho do professor e da rede municipal.</p> <p>Cobranças, por parte da equipe gestora municipal e também da escola, para que a programação nele contida seja cumprida.</p> <p>Os professores evidenciaram não ser ele suficiente para todas as exigências do trabalho em sala de aula.</p>		

TÍTULO	ANO	AUTOR	D O U T	UNIVERSIDADE
3-A organização do trabalho pedagógico na escola e o sistema apostilado de ensino: estudo de caso	2014	Alessandra Aparecida Cain	T	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara – SP
PROBLEMA DE PESQUISA	METODOLOGIA	RESULTADOS		
A utilização do sistema apostilado de ensino interfere ou não na organização do trabalho pedagógico na escola (facilita ao professor a organização do trabalho na escola? E quanto ao Projeto Político Pedagógico? Há ou não autonomia do trabalho pedagógico na escola com o uso do sistema apostilado de ensino?)	Pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso em duas escolas públicas municipais nos anos iniciais do ensino fundamental. Análise bibliográfica, coleta de dados, informações e documentos oficiais (pesquisa documental), rotinas escolares com vistas à utilização do sistema apostilado de ensino, percepções de profissionais e usuários sobre o uso do material apostilado por meio de entrevistas semiestruturadas.	<p>Uso do sistema apostilado de ensino interfere na organização do trabalho pedagógico e no Projeto Político Pedagógico das escolas ao padronizar e homogeneizar o conteúdo curricular e ao excluir os professores da autoria de seu próprio trabalho, restringindo sua autonomia pedagógica.</p> <p>A adoção de sistema apostilado de ensino para toda a rede pública municipal de ensino interfere na garantia legal da gestão democrática e da autonomia pedagógica ao excluir os professores, pais e comunidade local da elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas.</p> <p>A adoção do sistema apostilado de ensino estabelecido como política pública educacional municipal e operacionalizada pelo setor privado dá pouca margem para a construção coletiva e para o exercício da autonomia escolar.</p> <p>Professores argumentam sobre o pouco conteúdo trazido pelas apostilas; à sua não adequação à realidade dos alunos e à sua incompatibilidade com o desenvolvimento dos mesmos quanto ao aprendizado de determinados conteúdos.</p>		



TÍTULO	ANO	AUTOR	DOUT	UNIVERSIDADE
7- O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: "caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação	2014	Aldani Sionei de Andra de Frutuoso	D	Universidade Federal de Santa Catarina
PROBLEMA DE PESQUISA	METODOLOGIA	RESULTADOS		
O que levou a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a comprar um "sistema apostilado de ensino" para ser adotado pelas escolas de Ensino Fundamental?	O recorte temporal abrange o governo do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012), quando ocorreu a implantação do sistema apostilado no município. Entrevistas semiestruturadas com uma assessora pedagógica da SME, 14 professores, uma orientadora educacional e cinco diretores de escolas municipais. Análise documental pautou-se nos estudos de Evangelista (2008) e Shiroma, Campos e Garcia (2005).	<p>A unidade da RME, facilitando as transferências dos alunos entre as escolas, possibilitando ao aluno transferido a continuidade dos estudos com as apostilas na escola a ser frequentada; a possibilidade de as pessoas que irão substituir os 200 professores afastados especialmente por adoecimento, de "darem continuidade ao trabalho de onde o professor parou"; treinamento mensal dos professores com garantia de horas certificadas que podem ser utilizadas na evolução da carreira docente como "hora de aperfeiçoamento"; oferta de material didático de consumo para todos os alunos com ilustrações atrativas e espaço para os alunos escreverem sem utilizar a "cota de xerox" escassa nas escolas; discurso da autonomia do professor, que pode utilizar outros recursos para complementar o trabalho em sala de aula. A maioria dos grupos empresariais fornecedores de sistemas apostilados são originários do estado de São Paulo, o que pode facilitar as contratações por suas prefeituras. Na educação, esse processo resultou, entre outros fatores, no gerenciamento de resultados em nome da eficiência e produtividade, trazendo características mercadológicas para as escolas públicas por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Não cobrança explícita por parte dos administradores é uma das estratégias para favorecer a adesão das escolas ao sistema apostilado, descontentamento com relação ao material didático, no que se refere aos conteúdos.</p> <p>A aquisição de um sistema apostilado para Florianópolis é uma das medidas privatistas. Controlar e desqualificar o trabalho do professor.</p>		

<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>D OU T</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>
8- Parceria público-privada na rede municipal de educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente	2021	Graciela Nercolini	D	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
<b>PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>RESULTADOS</b>		
Quais as implicações no trabalho dos professores foram decorrentes da parceria firmada entre a Editora Positivo e a prefeitura Municipal de Marmeleiro - Paraná?	Abordagem qualitativa; Metodologia pautou-se no estudo documental e bibliográfico sobre a conjuntura da política macro internacional e sua repercussão na política nacional.	Professores são considerados facilitadores, práticos, executores de tarefas, que precisam dominar métodos, técnicas, soluções para a resolução de problemas imediatos, ensinar situações/problema, reproduzir conteúdos e orientações de acordo com o material pedagógico existente. Desvalorização, desqualificação, desumanização profissional e intelectual, perda de autonomia, descentralização de decisões, sendo os professores avaliados por seu trabalho individual, produtividade, rendimento e desempenho nos resultados quantitativos.		